



PREÂMBULO DO IMPERIALISMO NO BRASIL OITOCENTISTA

PABLO RAMON DIOGO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6493-0344>

<pablo.rdiogo@gmail.com>

RESUMO: O artigo, de conteúdo contributivo, explora o fenômeno imperialista exposto por Lênin em sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, retomando sua historicidade. A partir disso, tomando os elementos e traços que conformam o quadro imperialista, buscamos demonstrar sua efetividade na particularidade da realidade brasileira do século XIX, analisando dados e eventos notadamente importantes para este século que contribuíram para a posterior emergência imperialista na passagem para o século seguinte. Por fim, realça-se a especificidade da acumulação primitiva brasileira rumo ao modo de produção capitalista sob o domínio imperialista.

Palavras-chave: Imperialismo, Brasil, historicidade, Lênin.

PRELUDE TO IMPERIALISM IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL

ABSTRACT: The article, with contributory content, explores the imperialist phenomenon exposed by Lenin in his work *Imperialism, the highest stage of capitalism*, retaking its historicity. Thus, taking the elements and traits that make up the imperialist condition, we seek to demonstrate its effectiveness in the particularity of the Brazilian reality of the 19th century, analyzing notably important data and events for this century that contributed to the subsequent imperialist emergence at the turn of the following century. Finally, the specificity of Brazilian primitive accumulation towards the capitalist mode of production under imperialist rule is highlighted.

Keywords: Imperialism, Brazil, historicity, Lenin.

PREÁMBULO DEL IMPERIALISMO EN EL BRASIL DEL SIGLO XIX

RESUMEN: El artículo, con contenido contributivo, explora el fenómeno imperialista expuesto por Lenin en su obra *El imperialismo, fase superior del capitalismo*, retomando su historicidad. A partir de esto, tomando los elementos y rasgos que configuran el entramado imperialista, buscamos demostrar su efectividad en la particularidad de la realidad brasileña del siglo XIX, analizando datos y acontecimientos de notable importancia para este siglo que contribuyeron al posterior surgimiento imperialista a principios del siglo siguiente. Finalmente, se destaca la especificidad de la acumulación primitiva brasileña hacia el modo de producción capitalista bajo el dominio imperialista.

Palabras clave: Imperialismo. Brasil. Historicidad. Lenin.

INTRODUÇÃO

¹ Mestre e doutorando em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.



O fenômeno imperialista que inflexionou o modo de produção capitalista para um inédito estágio e forma de reprodução social ao efetivar-se no início do século XX, remonta suas determinações e gênese aos ordenamentos sociais vigentes em âmbito mundial no precedente século. Ou seja, antes de consumar-se enquanto fenômeno social de enorme magnitude, o imperialismo retém um lastro de historicidade que dá concretude ao seu modo de objetivação. Neste quadro, influíram com significativa força o papel de determinados países no mercado mundial.

O artigo em questão, portanto, busca incorrer na realidade brasileira do século XIX, a fim de examinar certos elementos de ordem econômico-social que possam ser abarcados na historicidade do fenômeno imperialista analisado por Lênin. Nos limites aqui dispostos não há, entretanto, um debate teórico-categorial acerca do imperialismo. Iremos traçar uma perspectiva histórica do imperialismo na particularidade brasileira do século XIX, mediante elementos presentes no *Imperialismo, fase superior do capitalismo* de Lênin, dentro do contexto social imperante à época, analisando dados quantitativos e eventos históricos de relevância com que aponte a emergência imperialista inglesa no Brasil.

Para isso, nos deteremos brevemente acerca da historicidade presente nas formulações marxiano-engelsianas, donde prosseguiremos na descrição histórica que Lênin expõe em seu *Imperialismo*². Após essa abordagem, adentraremos com elementos do desenrolar histórico brasileiro na relação de dependência econômica. Trata-se de uma contribuição expositiva da gênese do imperialismo no Brasil em sua historicidade – longe de ser exaustiva –, no intento de lançar luz ao ulterior desenvolvimento e capacidade transformativa da ordenação socioeconômica brasileira, versando-a nos moldes capitalistas já no seu estágio particular imperialista.

Nesses termos, o presente artigo detém qualidade mais contributiva do que propriamente um escopo fechado de interpretação, do qual a análise futura, contando com a contribuição e desvelamento de novos episódios, fenômenos e dados históricos, venham a somar-se nessa contribuição. Neste sentido, os apontamentos aqui assinalados no texto contentam-se em ser uma contribuição interpretativa, exigindo uma análise categorial mais apurada, não sendo possível realizá-la nos termos deste artigo.

² Doravante, para sinalizar a obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)* de Lênin, usaremos somente a grafia *Imperialismo*, em itálico para separar o fenômeno imperialista da obra lenineana.



A HISTORICIDADE IMPERIALISTA E O SALTO QUALITATIVO

Nos manuscritos marxiano-engelsianos que abrem em perspectiva uma nova visão de mundo – notadamente em *A Ideologia Alemã* –, fundamentada numa teoria social revelada no embate prevalecente dos autores contra a chamada “ideologia alemã” – só sendo capaz de formular os problemas postos de uma maneira hipostasiada –, Marx e Engels ressaltavam o papel do que compreendiam como a ciência contra essa ordem mistificadora da realidade: “Conhecemos uma única ciência, a ciência da história” (Marx; Engels, 2007, p. 86). A “ideologia alemã” ou distorcia a história ou realizava uma completa abstração dela³. Contra os ideólogos alemães, portanto, a historicidade surgia como fator decisivo de interpretação do mundo.

A defesa da historicidade como forma científica de apreensão do objeto pelo método de Marx e Engels não é casual. Ela sobrevém como modo de livrar-se da mistificação operada pela filosofia alemã no embate realizado à época, como recurso indispensável da crítica operada mediante a materialidade factual do processo de desenvolvimento da humanidade, no qual o ser social se organiza socialmente e é determinado, ou seja, na apreensão do ser como sujeito histórico determinado e determinante⁴. A correspondência e lugar da historicidade nos intestinos do método recém-inaugurado são provas refratadas do próprio desenvolvimento histórico recente impulsionado pela burguesia revolucionária *em classe* da Revolução Francesa, que encontrará sua maior expressão econômica acabada no emergir do capital industrial, dinamizando um novo modo de produção histórico-social⁵.

³ “[...] quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história” (Marx; Engels, 2007, p. 86-87).

⁴ “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas opõe como um pesadelo o cérebro dos vivos” (Marx, 1974, p. 335).

⁵ Não se trata de uma perspectiva particularista da história encerrada na Revolução Francesa e Revolução Industrial, porém de sua incorporação enquanto totalidade. Veja-se, por exemplo, a concepção disposta no *Manifesto do Partido Comunista*, onde “a descoberta da América e a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um



A defesa da ciência como ciência da história, vinculada à teoria materialista dialética advinda da superação de Hegel e Feuerbach, com seus problemas e enfoques derivativos do materialismo mecanicista e do idealismo objetivo, conferiam uma forma de apreensão do objeto inaugurado por Marx e Engels que leva a cabo a gênese, estrutura e desenvolvimento do próprio objeto.

Seria forçosamente exagerado atribuir à perspectiva marxiano-engelsiana somente o caráter histórico de sua teoria social como fator único determinante⁶ que lançaria as bases do chamado “materialismo-histórico-dialético”. Há, certamente, no que se refere ao método, outros fatores decisivos de ordem analítica: como a própria lógica dialética enquanto componente de apreensão do objeto em seu próprio movimento e determinação, o primado materialista que confere objetividade concreta ao objeto, bem como a vinculação desses elementos, que conjuntamente, em sua comutação unitária produzem o método marxiano-engelsiano de apreensão da realidade⁷. De

impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição” (Marx; Engels, 2017, p. 23).

⁶ N'A *Ideologia Alemã*, a história tem forte relevância para Marx e Engels. Veja-se, por exemplo, o segundo fragmento sobre Feuerbach, composto entre junho e julho de 1846, onde o processo histórico prático e real ganha a alcunha de “ciência real, positivo” (Marx; Engels, 2007, p. 95). Ou, então, a concepção presente no *Manifesto do Partido Comunista*, onde a história é comutada no teor explicativo da luta de classes, sendo esta última o próprio desenvolvimento histórico da humanidade: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (*Idem*, 2017, p. 22). Já na maturidade marxiana ainda se encontra presente a afirmação do modo de produção capitalista como “a pré-história da sociedade humana” (Marx, 2008, p. 50). Acerca da ciência real ou ciência positiva, cf. Mészáros (2008), em especial o cap. 3.

⁷ É somente na comutação unitária desses elementos decisivos e substanciais, que fazem e formam a teoria social de Marx e Engels, que é possível, por exemplo, não ver uma contraditoriedade na afirmação daquela “ciência real” localizado na história (nota de rodapé 5 supra) e a seguinte afirmação marxiana: “A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc.” (Marx, 2008, p. 266). Porém, como Marx salientou nessa mesma introdução, “as leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo correspondem ao processo histórico real” (*Ibid.*, p. 263). Não se comprehende a relação entre o elemento lógico-dialético e o histórico do método em Marx se não se comprehende igualmente a apreensão *post-festum* do objeto pelo conhecimento, quando a história já se materializou. Por isso, a relação do caráter histórico e lógico-dialético de Marx e Engels, que por muitas vezes vem vestido na confusa dualidade já apartada do “materialismo-histórico” e “materialismo-dialético”. O que elucida o método marxiano, sem recair num dualismo, é a seguinte afirmação presente no mesmo texto: “as categorias simples são a expressão de relações nas quais o concreto menos desenvolvido tem podido se realizar sem haver estabelecido ainda a relação mais complexa, que se acha expressa mentalmente na categoria concreta, enquanto o concreto mais desenvolvido conserva a mesma categoria como uma relação subordinada” (*Ibid.*, p. 262). Por isso, o desenvolvimento histórico da humanidade é sempre uma complexificação dos elementos já presentes no *hic et nunc*. Por fim, basta alertar, para reforçar aquela comutação unitária que o método exige, que Marx e Engels rechaçavam a tomada da compreensão história apenas como uma “coleção de fatos mortos” (Marx; Engels, 2007, p. 94), denotando assim, mais uma vez, a relação imbricada entre lógica dialética e historicidade.



todo o modo, a historicidade tem peso substancial na formulação de Marx e Engels, e sem ela, careceria de sentido a concreticidade do mundo, como o próprio método marxiano-engelsiano⁸.

Na publicação do *Imperialismo* (1917), Lênin também não abandonou a historicidade do que ele chamou do novo estágio do capitalismo, marcada pela premente fase monopolista do capital e forte parasitismo financeiro em escala globalizada, onde a concorrência é levada a termo pelas potências beligerantes mais adiantadas dentro do seu monopólio. O leitor que se deteve no *Imperialismo* já conhece de antemão a demarcação histórica lenineana do fenômeno imperialista no início do século XX. Ainda que verdadeira a temporalidade registrada por Lênin, é preciso que nos debrucemos brevemente ao seu desenvolvimento argumentativo, no intuito de melhor entendermos a razão de ser o início do século XX o ponto de viragem para o fenômeno imperialista.

Apesar de afirmar que “no que se refere à Europa, pode-se fixar com bastante exatidão o momento em que o novo capitalismo veio substituir *definitivamente* o velho: em princípios do século XX” (Lenine, 1979, p. 590, *grifo do autor*), Lênin prossegue com um resumo histórico da formação monopolista:

1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida económica. O capitalismo transformou-se em imperialismo (*Ibid.*, p. 591).

As crises de 1873 e 1900 formam, na acepção lenineana, uma maior concentração do capital monopolista já vigente em estado germinal nos anos 1860. Daí que a última dessas crises inflexiona o verdadeiro salto qualitativo rumo ao estágio imperialista do modo de produção

⁸ Convém lembrar a dedicação que Marx e Engels detinham no estudo dos processos históricos. É conhecido os estudos de Engels (2010) acerca das guerras camponesas pré-capitalistas na Alemanha, com particular centralidade na figura de Thomas Münzer. A dedicação de Marx à história dos modos de produção anteriores à sociabilidade burguesa também é constante, bastando lembrar aqui dos seus estudos com base em Prescott, presente em Marx (2019) ou, também, o seu conhecimento da antiguidade em Marx (1991), além de sua madura apreciação acerca da história da propriedade comunal russa e do servilismo russo. Segundo Netto (2020, p. 476-477), Marx elaborava, às vésperas de sua morte, uma densa pesquisa histórica, que se iniciava no século I a.C. até os idos do século XVII d.C. Esses excertos ganham o título de *extratos cronológicos*.



capitalista⁹. A fusão entre o capital industrial e o capital bancário, uma das características basilares do imperialismo que resultará no capital financeiro – com forte dominância do monopólio bancário sobre as demais formas de capital –, também tem na crise de 1900 o seu eixo nodal¹⁰.

Na temporalidade afirmada por Lênin, chega-se a cunhar as décadas de 1860 e 1870 como “o período de desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista” (*Ibid.*, p. 633), sendo o ano de 1876 o ponto em que “termina o desenvolvimento do capitalismo da Europa ocidental na sua fase pré-monopolista” (*Ibid.*, p. 635). Ademais, Lênin periodiza o início do “enorme ‘ascenso’ de conquistas coloniais, que se exacerba até um grau extraordinário [n]a luta pela partilha territorial do mundo” (*Ibid.*, p. 633) após as duas décadas de 1860 e 1870. O lapso demarcado não passou despercebido por Engels, apontando que

Desde a última crise geral de 1867, ocorreram grandes mudanças. A expansão colossal dos meios de transporte – navios a vapor transatlânticos, ferrovias, telégrafos elétricos, canal de Suez – criou, pela primeira vez, de fato, o mercado mundial. Vários países industriais passaram a competir com a Inglaterra, que antes monopolizava a indústria; ao investimento do capital excedente europeu abriram-se, em todas as partes do mundo, campos infinitamente maiores e mais diversificados, permitindo que ele fosse distribuído com maior amplitude e que a superespeculação local fosse superada com mais facilidade. Por tudo isso, conseguiu-se eliminar ou enfraquecer consideravelmente a maior parte dos focos de crises e das oportunidades de formação de crises anteriores. Ao mesmo tempo, a concorrência no mercado interno recua diante de cartéis e trustes, ao mesmo tempo que é limitada no mercado externo pelas tarifas protecionistas de que lançam mão todos os grandes países industriais, com exceção da Inglaterra. Mas essas próprias tarifas protecionistas não passam de um armamento para a batalha final e geral da indústria, que deverá decidir o domínio do mercado mundial. Assim, cada um dos elementos que se opõem à repetição das velhas crises traz em si o germe de uma crise futura muito mais violenta (Marx, 2017, p. 546).

Curioso são as passagens pouco atentadas de *Imperialismo*, que podem fugir de uma leitura apressada, mas que tem substancial significação na historicidade do imperialismo. Vejamo-las. Após a cronologia do aparecimento do fenômeno imperialista, Lênin dá a seguinte assertiva de relevada importância “Escusado é dizer, evidentemente, que na natureza e na sociedade todos os

⁹ É o que se denota do significado que Lênin confere à crise de 1900, como o “ponto de viragem na história dos monopólios modernos” (Lenine, 1979, p. 596).

¹⁰ Veja-se, por exemplo, a “resposta bastante exacta ao importante problema de saber em que período se situam, com precisão, os começos da ‘nova actividade’ dos grandes bancos” (*Ibid.*, p. 609) dada por Jeidels, na qual é citado por Lênin (*Ibid.*, p. 609-610).



limites são convencionais e mutáveis, que seria absurdo discutir, por exemplo, sobre o ano ou a década precisos em que se instaurou ‘definitivamente’ o imperialismo” (Lenine, 1979, p. 642).

Retratando o oportunismo que recai sobre o movimento operário no período imperialista, há, ainda, a seguinte afirmação: “desde meados do século passado existiam em Inglaterra dois importantes traços distintivos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio do mercado mundial” (*Ibid.*, p. 655). A mesma problemática é retomada ao fim do livro: “devido ao facto de vários dos traços imperialistas de desenvolvimento aparecerem nesse país [a Inglaterra] muito antes de aparecerem noutras” (*Ibid.*, p. 669).

Se existem elementos do imperialismo que se apresentam para a Inglaterra há, pelo menos, dois quartos de século anteriores à vigência do imperialismo, por que Lênin registra o marco temporal na aurora do século XX? A resposta é dada pelo próprio Lênin: é que o imperialismo se efetiva como “expressão concreta [que] teve a transformação da quantidade em qualidade, *a transição do capitalismo desenvolvido para o imperialismo*” (*Ibid.*, p. 642, *grifo nosso*).

Portanto, a caracterização histórica lenineana do imperialismo, dado como um fenômeno do início do século XX, deve-se ao salto qualitativo que representa os elementos presentes do imperialismo no alvorecer deste século, que passam a vigorar de maneira generalizada na forma de reprodução do capital social global. Os ordenamentos imperialistas já existiam anteriormente, mas somente em estado latente, não conseguindo irromper enquanto estrutura reprodutiva na totalidade do processo. Conforme esses mesmos elementos em estado latente foram tornando-se quantitativamente relevantes passou-se, concomitantemente, a uma importância de caráter qualitativo, verdadeira transmutação¹¹. Daí o salto qualitativo operado na entrada do século XX¹².

¹¹ Hegel expressara-se em nítida exemplificação a transformação e passagem dialética da quantidade em qualidade – tendo seu suporte primário na determinação qualitativa do objeto –, com a anedota do monte e do calvo: “Visto que, no ser aí a determinidade da quantidade é, assim, dupla, por um lado, aquela à qual a qualidade está ligada, mas, por outro lado, aquela na qual, apesar da primeira, pode-se ir e vir, então o sucumbir de algo, que tem uma medida, acontece no fato de que seu quantum é alterado. Esse sucumbir aparece, por um lado, como inesperado, pois se pode alterar o quantum, sem alterar a medida e a qualidade, mas, por outro lado, ele se torna algo inteiramente compreensível, a saber, através da *gradualidade*. A essa categoria recorre-se tão facilmente para se representar ou para explicar o perecer de uma qualidade ou de algo, enquanto parece que se possa quase assistir com os olhos, assim, ao desaparecer, porque o quantum está posto como limite externo, alterável conforme a natureza deles, com isso, a *alteração*, como apenas a do quantum, entende-se por si mesma. Mas, de fato, nada é explicado através disso; a alteração é, ao mesmo tempo, essencialmente a passagem de uma qualidade para uma outra ou da mais abstrata de um ser aí para um não ser aí [...]. Mas já os antigos prestaram atenção e representaram, em exemplos populares, as colisões que surgem da ignorância da



É exatamente essa qualidade de generalização que faz com que Lênin conceba traços imperialistas para a Inglaterra da metade do século XIX e o fenômeno imperialista para o surgimento do século XX. Vejamos a elucidativa passagem:

[...] o imperialismo *embrionário* transformou-se no sistema dominante; os monopólios capitalistas passaram para o primeiro plano na economia nacional e na política; a partilha do mundo foi levada a seu termo; mas, por outro lado, *em vez do monopólio indiviso da Inglaterra, vemos a luta que um pequeno número de potências imperialistas trava para participar nesse monopólio, luta que caracteriza todo o começo do século XX.* (*Ibid.*, p. 656, *grifo nosso*).

Não é que a Inglaterra não tivesse, portanto, uma política imperialista antes dos outros países – veremos como certos elementos já estavam bem avançados na Inglaterra do século XIX no que concerne à sua relação com o Brasil –, ela definitivamente tinha. Porém, o imperialismo, enquanto fenômeno pela partilha do mundo, exige que mais de um país tome a mesma posição político-econômica. Só assim a concorrência pode se transformar em concorrência monopolista, no qual a saída é a partilha bélica do globo a fim de monopolizar a acumulação de capital.

Além disso, a quantidade é fator decisivo: no quesito da concentração de capital, a grandeza do capital concentrado pelo monopólio capitalista influí diretamente na efetivação ou não do imperialismo enquanto fenômeno global, generalizado. Eis a razão da necessidade de perpassar-se por duas grandes crises capitalistas (a de 1873 e a de 1900) para consolidar-se o imperialismo, ainda que os trustes e cartéis já se manifestavam desde a crise de 1867.

conexão de que uma alteração que aparece como meramente quantitativa também se reverte em uma qualitativa; sob o nome de Calvo, de Monte, são bem conhecidos *elenchi* pertinente a isso, ou seja, conforme a explicação de Aristóteles, modos pelos quais se necessita dizer o oposto daquilo o que antes se afirmou. Perguntou-se: O arrancar de um cabelo da cabeça torna alguém calvo ou o arrancar de um pelo da cauda do cavalo torna sem pelo – ou um monte cessa de ser um monte se lhe é retirado um grão? Isto se pode admitir sem ressalvas, enquanto tal retirada apenas constitui uma diferença quantitativa e, com efeito, ela mesma inteiramente insignificante; então é retirado *um* cabelo, *um* grão e, assim, repetidamente de modo que, cada vez, conforme o que foi concedido, só *um* é retirado; por fim, mostra-se a alteração qualitativa de que a cabeça é careca, a cauda é sem pelos, o monte desapareceu. Naquele conceder, não apenas se esqueceu a repetição, mas também que as quantidades por si insignificantes (como as despesas insignificantes de um patrimônio) *sumam* e a soma constitui o todo qualitativo, de modo que, no fim, isso desapareceu, a cabeça é careca, o saco é vazio” (Hegel, 2016, p. 359-360, *grifos do autor*).

¹² Em debate com Hartmann, tratando da qualidade *post festum* do conhecimento, Lukács alerta para o fato de “que alguma coisa seja ou não cognoscível – em sentido ontológico – é indiferente em relação à questão se se trata, nesse sentido, de algo existente” (Lukács, 2013, p. 68). Na esteira dessa interpretação é curioso notar, como o registra Chalhoub (2012, p. 248), que o termo “imperialismo” é utilizado pela primeira vez em 1881, ainda que só passe “a ter uso generalizado entre intelectuais e políticos europeus no final do século XIX”.



Agora que conseguimos compreender, de maneira mais elucidativa, a historicidade por trás do imperialismo – como salto qualitativo na aurora novecentista e em estado latente nos países adiantados oitocentistas, mas com particularidade de ação para a Inglaterra – é preciso perquirir o significado da política inglesa no Brasil do século XIX e situar elementos do imperialismo inglês nessa relação.

O BRASIL SOB O AUSPÍCIO INGLÊS

O caso brasileiro não passou despercebido nas linhas do *Imperialismo*. A sana imperialista pela América do Sul recobra três vezes a escrita lenineana, e o Brasil, mais detidamente, aparece igualmente três vezes¹³. Mas a historicidade para chegar a essa virulenta exportação de capital e investimentos típica do imperialismo, particularmente na realidade brasileira, é dada indiretamente por Lênin:

O exemplo de Portugal mostra-nos uma forma um pouco diferente de dependência financeira e diplomática, ainda que conservando a independência política. Portugal é um Estado independente, soberano, mas na realidade há mais de duzentos anos, desde a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1714), que está sob o protectorado da Inglaterra. A Inglaterra defendeu-o, e defendeu as possessões coloniais portuguesas, para reforçar as suas próprias posições na luta contra os seus adversários: a Espanha e a França. A Inglaterra obteve em troca vantagens comerciais, melhores condições para a exportação de mercadorias e, sobretudo, para a exportação de capitais para Portugal e suas colónias, pôde utilizar os portos e as ilhas de Portugal, os seus cabos telegráficos, etc. etc. (Ibid., p. 639-640).

O tratado de Methuen, assinado no decorrer da Guerra da Sucessão Espanhola, transformou Portugal num “armazém” (Frank, 1972, p. 149) das trocas comerciais entre Inglaterra, Brasil e demais possessões coloniais de ambas metrópoles europeias. Os dois eventos aqui citados, efetivam a dominação de Portugal pela Inglaterra¹⁴. Entretanto, o Brasil ainda continuava sendo,

¹³ Sobre a América do Sul, cf. Lenine (1979, p. 639; 647 e 662). O caso brasileiro aparece, respectivamente, em *Ibid.* (p. 624; 625 e na tabela da p. 661).

¹⁴ Frank (1972) vê Portugal pós-tratado de Methuen como uma “metrópole-satélite”, isto é, continua legitimada na sua dominação colonial sobre o Brasil e demais colônias, mas sobre dependência direta da Inglaterra. Segundo o próprio Marquês de Pombal, em 1754, Portugal não produzia quase nada para seu mercado interno, sendo dois terços das mercadorias necessárias para o país importados da Inglaterra. Cf. *Ibid.* (p. 149-150).



legal e reconhecidamente, colônia portuguesa, ainda que os efeitos deletérios da relação diplomática anglo-lusitana já pudessem ser sentidos¹⁵.

O efetivo golpe não somente para Portugal, mas sobretudo para o Brasil, advém no século seguinte: o bloqueio continental napoleônico agudiza a dependência de Portugal à Inglaterra com a transferência da corte para o Rio de Janeiro, resultando na abertura dos portos de 1808 e, na sequência, no tratado comercial de 1810, conferindo benefícios à exportação de mercadorias inglesas e utilizando o Brasil e as possessões lusitanas na África como um mediador espoliativo dos tratados entre os dois países europeus.

O alto interesse que a Inglaterra começou a voltar para as Índias Orientais, após a independência americana e a falência sacarídea das suas colônias antilhanas, reteve olhares ambiciosos à África e à América do Sul. A África foi ponto central dos interesses ingleses até meados do século XIX – e que retomou com fôlego de igual interesse ao fim do mesmo século –, tendo na relação diplomática com Portugal sana territorial, como a proibição das possessões coloniais portuguesas na África ao Norte da linha do equador, estabelecido durante o Congresso de Viena, passando assim a extensão geográfica para o domínio inglês¹⁶. O Norte africano podia constituir outra rota e entreposto comercial para a Inglaterra com o Oriente, especialmente com a Índia, de quem o capital industrial inglês dependia diretamente para produção de matérias-primas e exportação de mercadorias e, posteriormente, com o domínio da China com a Guerra do Ópio.

Além do mais, o tratado comercial de 1810 estabelecido entre Portugal e Inglaterra¹⁷, tinha um duplo efeito para o capital inglês: com o mercado europeu estagnado frente às invasões napoleônicas e o bloqueio continental, permitia-se uma nova paragem de escoamento das mercadorias produzidas e, segundo Bethell (2002, p. 28), permitia indiretamente o domínio da região rio-platense pelo Brasil¹⁷.

Como revelou Marx (2019, p. 96) em seus estudos, com a instalação da corte real no Brasil a “Inglaterra se converteu na metrópole do Brasil”. Um dos dispositivos do auspício inglês sobre Portugal, donde Brasil e África sempre se revelaram a reboque da diplomacia, foi o fim do tráfico

¹⁵ Frank (*Ibid.*, p. 150 e 152) afirma que grande parcela da extração aurífera das Minas Gerais acabou, pelo tratado de Methuen, recaindo em mãos inglesas.

¹⁶ Cf. Bethell (2002), em especial, cap. 1.

¹⁷ Acerca da política britânica sobre o Rio da Prata, ver Ortiz (2014).



de africanos escravizados, efetivada sua proibição em 1850. Esta exigência manifestou a maior defesa dulocrática da classe senhorial brasileira e há motivos de sobra para se duvidar do pretenso humanismo da clausula inglesa¹⁸.

O episódio da Independência do Brasil podemos qualificar, frente à hegemonia do capital inglês para o império brasileiro, como aquilo que Lênin atribuiu o nome de semicolonialismo, isto é, uma relação de independência política frente a uma dependência financeira¹⁹. Convém situarmos alguns elementos presentes do imperialismo inglês no Brasil oitocentista.

A tipicidade do imperialismo como “as relações de dominação e a violência ligada a essa dominação” (Lenine, 1979, p. 595) é marca constante desse período histórico. Basta lembrar da pressão virulenta da marinha inglesa nos portos brasileiros para a supressão do tráfico negreiro (Costa, 1982, p. 28) ou as diversas investidas bélicas na região platina com apoio inglês, levada a cabo com a Guerra da Cisplatina e a ulterior Guerra do Paraguai²⁰. Somente para este último empreendimento foi despendido 600:000\$000 (Nabuco, 2000, p. 138), ceifando a vida de mais de 100.000 indivíduos (Taunay, 2013, p. 77) e necessitando recorrer a novos empréstimos ingleses, que entre 1871 e 1889, atingem a soma de £45.504.100 (Moura, 2014, p. 146).

¹⁸ Tavares (1988, p. 17) registra navios negreiros apreendidos que foram construídos pelo capital inglês. Furtado (2000, p. 180-181) noticia o protesto de investidores ingleses contra a política de aprisionamento de navios negreiros pela própria Inglaterra. Desde a década de 1830, em Minas Gerais, sob a administração inglesa, através da sociedade São João D’El Rey *Mining Company*, explorava-se ouro na mina de Morro Velho mediante trabalho escravizado (Gorender, 2016, p. 213). No mais, a política pretensamente abolicionista da Inglaterra revestia-se como “humanitarismo do lucro” (*apud* Williams, 2012, p. 236). O cinismo inglês na investida antirtráfico negreiro recobrou as páginas de Max Weber: “Em 1815, o Congresso de Viena proibiu o comércio de escravos. Diminuíra o interesse da Inglaterra, pela perda da zona mais importante para o consumo de escravos, as colônias norte-americanas. A resolução do Congresso permitiu aos ingleses que eliminassesem o tráfico estrangeiro de escravos, mas isto não impediu que ela mesma se dedicasse a um contrabando cada vez mais intenso desse tipo de mercadoria. Assim, desde 1807 até 1847, sob a tolerância do governo, foram transportados 5 milhões de escravos, da África às zonas coloniais inglesas. Somente com a Reforma Parlamentar de 1833 ficou definitivamente proibida, sob influência das ideias democráticas, na Inglaterra e da Inglaterra para todas as colônias, a escravatura” (Weber, 1980, p. 138).

¹⁹ Cf. Lenine (1979, p. 636 e 639). Lênin coloca a Argentina em outra forma de dominação imperialista que não o semicolonialismo. Cremos que isso deve-se ao caráter transitório da dependência estatal que determina o semicolonialismo. Na América Latina é sabido a força do desenvolvimento econômico argentino, que conseguiu gozar de certa relativa autonomia diplomática e política. Este não foi o caso do Brasil.

²⁰ Hobsbawm (1982, p. 96) sinaliza o episódio da Guerra do Paraguai como a dominação inglesa na região rio-platense.



A guerra por interesses imperialistas se utilizando da população nativa já fora característica assinalada por Lênin²¹. Contudo, há outro fator que tem enorme presença na realidade brasileira da época: a organização financeira entre Estados usurários e Estados devedores (Lenine, 1979, p. 650-651). Num país que havia saído recentemente do monopólio colonial com Portugal, abrindo todo o seu território para investimentos numa época em que o capital industrial já estava consagrado pela Inglaterra, a necessidade de capital monetário foi problemática interna recorrente. Só o episódio da Independência custou ao Brasil £2.000.000, donde o empréstimo foi realizado a juros pelo capital inglês (Costa, 1982, p. 26).

Nos anos de 1824 e 1825, £3.000.000 foram tomadas de empréstimo para “indenizar Portugal pela ruptura das relações coloniais” (Saes, 1985, p. 157), em favor do reconhecimento português da Independência brasileira. Em 1829, £770.000 eram emprestados para pagar o serviço da dívida dos empréstimos contraídos anteriormente. Em 1837, um total de £300.000 eram tomadas em empréstimo para cobrir o déficit do Ministério da Fazenda, Ministério da Marinha e Ministério da Guerra. No ano de 1842, foram emprestadas £600.000 para pagar a dívida, agora reexaminada, com Portugal, por ocasião do reconhecimento da Independência²².

Além disso, o governo imperial garantia juros aos investimentos estrangeiros realizados nas ferrovias e na produção açucareira²³. Na esfera da malha ferroviária há informações que os juros ofertados pelo Estado transitavam na garantia de 7%, “assim, o capital estrangeiro, atraído pelos altos juros e pelo crédito intato de uma nação que parece solvável, vai tentar fortuna em empresas como a Estrada de Ferro de São Paulo, que têm a dupla garantia do Brasil e do Café” (Nabuco, 2000, p. 112)²⁴. Frente ao baixo capital monetário disponível e o prevalecente déficit no balanço de pagamentos, o governo imperial via-se obrigado a emitir valores fictícios e resgatar o fundo com empréstimos estrangeiros, notadamente ingleses, configurando-se como um Estado devedor²⁵.

²¹ Cf. Lenine (1979, p. 652). Na Guerra do Paraguai, não só escravizados foram enviados ao campo de batalha, como o país capturava forçosamente indígenas para comporem as fileiras de combate (Agassiz, 1938, p. 324; 335; 352; 412-413).

²² Os dados se encontram em Saes (1985, p. 157).

²³ Os dados se encontram em Saes (1985, p. 157).

²⁴ As informações acerca do juro pago pelo Estado está presente em Nabuco (2000, p. 112).

²⁵ Embora não consigamos nos deter aqui, fato pouco explorado, mas de grande relevância, foi o papel que o capital fictício teve no desenvolvimento e crescimento econômico oitocentista brasileiro através do capital usurário. Entre 1855 e 1856 os bancos nacionais emitiram quase metade da moeda em circulação no território nacional. Somente as ações



Por fim, basta assinalar outro elemento particular do imperialismo, que figura na especificidade brasileira do século XIX: a exportação de capitais. O predomínio e monopólio comercial inglês não se limitaram à exportação de mercadorias. Havia investimentos diretos do capital inglês que produziram a estrutura necessária para o posterior desenvolvimento capitalista brasileiro.

Este movimento foi igualmente observado por Lênin: “a exportação de capitais repercutese no desenvolvimento do capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-o extraordinariamente” (Lenine, 1979, p. 623). No ano de 1821 a Inglaterra exportou mais para o Brasil do que para as Índias Orientais e a China juntas (Williams, 2012, p. 188-189). No início da década de 1880, a exportação de capitais ingleses no Brasil alcançava a cifra de £38.800.000 (Graham, 1973, p. 15). O capital exógeno também participava diretamente das finanças do país. Em *O Capital*, Marx (2017, p. 650) denuncia a compra de fundos públicos brasileiros pelo capital inglês no ano de 1846, que logo vendiam esses títulos quando do aumento da taxa de juros no país.

Do que a economia brasileira estava impregnada de investimento do capital inglês é denunciada por Moura (2014, p. 87-88), controlando

Estradas de ferro, portos, agroindústrias nordestinas (açúcar), companhias de gás e iluminação, moinhos, cabos submarinos, companhias de seguro, navegação fluvial, transportes coletivos e outras formas de investimentos econômicos ou de *modernização tecnológica* eram controladas pelo capital britânico. O comércio interno e o externo também não fugiam à regra, controlando, os ingleses, quase totalmente os setores de importação e exportação, tendo investido, também, na mineração (*grifo do autor*).

O domínio econômico inglês tomava vulto significativo na economia endógena brasileira²⁶. O comércio de exportação era dominado pelo capital estrangeiro (Conrad, 1978, p. 25).

levantavam à época a quantia de 156.568.000\$000, ao passo que a exportação de café no mesmo período não chegava a atingir nem 35% do preço dessas ações. Cf. Sodré (1976, p. 128). Sobre o conceito do capital fictício, cf. Marx (2017) cap. 25; a relação do capital fictício com o papel emissor do Estado e das casas bancárias pode ser visto *Ibid.*, cap. 29. Acerca do balanço de pagamentos da época e as dívidas contraídas, cf. Prado Jr (1984, p. 138-139; 154; 168-169; 195 e 200).

²⁶ “[...] cada membro da sociedade, do escravo usando uma enxada de ferro ao fazendeiro instalando nova máquina beneficiadora de café, do trabalhador citadino que comprava algodão barato, à senhora que usava finíssimos sabonetes, tudo provinha das importações inglesas. De nenhuma outra maneira a dependência do Brasil para com a economia britânica era mais acentuada” (Graham, 1973, p. 88)



Em *A Riqueza das Nações*, publicado no início do último quartel do século XVIII, Adam Smith alertava sobre o país que prevalece no comércio ser o país dominante:

[...] o capital mercantil de cada país procura naturalmente, se assim se pode dizer, a aplicação mais vantajosa para o respectivo país. Se for empregado no comércio de transporte de mercadorias, o país ao qual pertence o capital transforma-se no empório das mercadorias de todos os países cujo comércio é movimentado por esse capital (Smith, 1996, p. 118).

A Inglaterra, embora fosse o país preferencial de exportação das mercadorias brasileiras não era o seu grande consumidor, reexportando a maior parte às suas colônias, dominando a distribuição da produção brasileira internamente e no mercado mundial (Sodré, 1976, p. 49; 79). Ao fim do século XIX, Joaquim Nabuco (2000, p. 126) bradava: “No Brasil, a indústria agrícola é a única que tem florescido em mãos de nacionais. O comércio só tem prosperado nas de estrangeiros”.

Os bancos, também eram, na sua maior parte, propriedade do estrangeirado, interessados em retirar sua parte do butim²⁷. É inconteste que, além da parcela de valor capturada, esse investimento direto e indireto de capital produzira um desenvolvimento econômico na realidade brasileira, seja ao nível de crescimento econômico ou desenvolvimento das forças produtivas: somente para as regiões cafeeiras, durante os anos de 1869 a 1884, a malha ferroviária expande-se em 3.380km (Silva, 1981, p. 58). A maioria dessas inversões são provenientes do capital inglês, viabilizado pelo governo imperial mediante juros. De 1860 a 1885, o investimento britânico no Brasil cresceu em 234%, atingindo o montante de £98.800.000, enquanto, ainda que com a balança deficitária para o mesmo período, o império brasileiro aumentou sua exportação em 158%, marcando a cifra de £50.100.000²⁸.

No tocante à construção ferroviária, o Brasil acompanhou a assim chamada “era ferroviária” do capital industrial inglês das décadas de 1840 e 1850 (Dobb, 1983, p. 211). O capital exógeno foi elemento decisivo nesse campo:

²⁷ Cf. Martins (1990, p. 78). Sobre os bancos no Brasil, ver Saes (1985, p. 221) e Silva (1981, p. 59-60).

²⁸ Dados coligidos de Silva (1981, p. 36-37).



[...] o investimento no exterior desempenhou papel nada desprezível em meados do século XIX, assumindo, nessa época, principalmente a forma de empréstimos a governos, e não a de investimentos diretos, como mais tarde sucederia. Tal investimento no exterior, entretanto, em grande parte dirigia-se afinal de contas à construção ferroviária, e cumpria a função dupla de proporcionar saída lucrativa para o capital e estimular a exportação de bens de capital ingleses. [...]. Entre 1856 e 1865, 35 milhões de libras em material ferroviário eram exportados, e, entre 1865 e 1875, 83 milhões de libras [...]. Entre 1857 e 1865, ocorreu certo deslocamento do capital britânico para as ferrovias e obras públicas indianas, sendo o ferro para as estradas da Índia quase exclusivamente fornecido por encomendas britânicas. A construção ferroviária na Rússia e na América continuava, entretanto, a criar forte demanda do ferro britânico na década de 1860 (Dobb, 1983, p. 212).

No período que vai da inauguração do primeiro trecho ferroviário, em 1854, até o ano de 1874, a importação brasileira de ferro e carvão, sobretudo advindas da Inglaterra, aumentou mais de 365%, passando de £1.200.327 para £4.387.980²⁹. A Estrada de Ferro D. Pedro II, a primeira construída no Brasil, não teria sido possível sem o empréstimo de £1.500.000 inglesas (Graham, 1973, p. 60). A São Paulo *Railway*, iniciando sua construção em 1859, fora completamente monopolizada por investimentos e acionistas ingleses desde seu início (Sodré, 1976, p. 125-126). A construção da Estrada de Ferro São Paulo e Rio, que alcançava em 1877 a Estrada de Ferro D. Pedro II, requereu um empréstimo inglês para sua extensão de £764.200 (Graham, 1973, p. 62). Como salientou Richard Graham (1973, p. 77): “as principais ferrovias que serviam as áreas cafeeiras eram de propriedade ou financiadas pelos britânicos”. Com efeito, para o capital exógeno, as ferrovias tinham a dupla segurança da participação nos lucros e uma maior penetração de suas mercadorias no mercado interno (Sodré, 1976, p. 128).

Segundo Costa (1982, p. 53): “em 1857, 66% dos engenhos de Pernambuco eram ainda movidos à tração animal; 31% à água; e 2% apenas, à vapor. Depois de 1870, o número de engenhos movidos à vapor aumentou rapidamente, atingindo 21,3% em 1881”. Têm-se, a partir de 1810, a substituição na produção açucareira da cana crioula pela cana caiana, que além de ser de uma espécie maior era, também, mais volumosa, resistindo “satisfatoriamente à falta de chuvas, adaptando-se aos terrenos seco” (Cascudo, 1971, p. 205) e sendo utilizada sobretudo no fabrico de cachaça³⁰.

²⁹ Dados extraídos do Apêndice C de Graham (1973).

³⁰ Todos esses desenvolvimentos produtivos oitocentistas brasileiros, formatados pelo capital exógeno, foi eivado nas relações de produção escravistas. O surgimento da cana caiana, reconhecida em sua excelência no fabrico da jeribita,



Poderíamos, assim, cunhar esse período antecedente ao predomínio do fenômeno imperialista em escala mundial, porém ainda na existência do esbulho de seus traços marcado pela presença inglesa no Brasil, de *aura imperialista* – reverberando-se como *ensaio imperialista de um país só*. O principal, no entanto, reside na condução do desenvolvimento que essas relações determinadas de dominação infletiram sobre o Brasil.

O imperialismo inglês, ainda incipiente se comparado à magnitude que alcança no século seguinte, guiou e forneceu as condições necessárias para a transformação capitalista da sociedade brasileira, através de traços imperialistas que já vicejavam na relação entre Brasil e Inglaterra antes do salto qualitativo que o fenômeno ganharia com a entrada de novos países imperialistas em cena.

O capital inglês nos seus traços imperialistas operou, assim, a “acumulação primitiva” brasileira. Porém, essa última teria a particularidade de não ser uma “acumulação primitiva” coordenada endogenamente, e sim exógena. A dita “acumulação primitiva” brasileira ocorreu como força centrífuga do capital inglês, uma vez que já não se tratava de uma acumulação necessária para produzir os elementos objetivos e subjetivos da reprodução capitalista ampliada sob a égide do capital industrial, mas sim uma “acumulação primitiva” forcejada pelo próprio modo de produção capitalista já consolidado, em seu próprio movimento, expresso no capital industrial inglês. Tratava-se, enfim, de conduzir os requisitos fundamentais para uma apropriação cada vez maior do valor excedente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao recuperar a historicidade do fenômeno imperialista, vimos como determinadas características encontram-se presentes já na relação de dominação inglesa no Brasil do século XIX, como a dominação e a violência; o monopólio; a organização dos Estados nacionais entre Estado usurário e Estado devedor; a guerra realizada pela população nativa e levada a cabo por interesses externos e a exportação de capitais que legou as bases para o desenvolvimento capitalista brasileiro.

animava o mercado de força de trabalho escravizada da África portuguesa apoiada no tráfico negreiro. Os demais aumentos de produtividade focalizados no processo de beneficiamento ou circulação das mercadorias (como o caso das ferrovias), conseguiam compensar a “relativa” falta limitada de força de trabalho escravizada no curso do tráfico interprovincial e intraprovincial



Certamente esses traços não ganham a devida notabilidade que conseguiram atingir no século XX, quando o globo se torna campo não só de investimento, mas também de partilha das nações imperialistas, aquelas que, devidamente, realizaram mais cedo a transformação de suas sociedades para a estrutura capitalista. Mas a disparidade incutida na qualidade do processo de conhecimento, ocorrida *post-festum*, e a efetiva realidade em constante desenvolvimento, puderam inferir ao Brasil sofrer precocemente traços da dominação imperialista em seu momento de *aura*, levadas a cabo por *um país só*.

No que se refere à realidade brasileira, essas características imperialistas, presentes anteriormente ao fenômeno imperialista se generalizar, levaram a uma “acumulação primitiva” particular, ordenada como força centrífuga pelo capital inglês, pois grande parte do excedentário fora abocanhado por esses mesmos investidores estrangeiros. Dois efeitos advindos dessa dinâmica podem ser constatados de antemão: essa “acumulação primitiva” particular, ao passo que reorganiza o ordenamento social brasileiro, rumo a estruturas que comportavam o modo de produção capitalista, só aprofundavam a dependência financeira ao estrangeirado, não tendo força suficiente para tornar-se desenvolvimento autônomo. Ademais, essa exploração imperialista do Brasil consequentemente contribuiu para um adensamento quantitativo da grandeza de acumulação do capital inglês e, posteriormente, do estrangeirado em geral, que serviram para produzir aquele salto qualitativo necessário para a expansão imperialista observada no século XX.

REFERÊNCIAS

- AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil: 1865-1866.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- BETHELL, Leslie. **A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Sociologia do Açúcar:** pesquisa e dedução. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Álcool, 1971.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. Campinas: Unicamp, 2012.
- CONRAD, Robert. **Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil:** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COSTA, Emilia Viotti da. **A Abolição.** São Paulo: Global, 1982.



-
- DOBB, Maurice Herbert. **A Evolução do Capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ENGELS, Friedrich. **A Revolução Antes da Revolução**, Volume I, As Guerras Camponesas na Alemanha; Revolução e Contrarrevolução na Alemanha. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FRANK, André Gunder. **Capitalisme et Sous-développement en Amérique Latine**. Paris: François Maspero, 1972.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Publifolha, 2000.
- GORENDER, Jacob. A Escravidão Reabilitada. São Paulo: **Expressão Popular**, 2016.
- GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da Lógica**: 1. A Doutrina do Ser. Petrópolis: Vozes, 2016.
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era do Capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- LENINE, V.I. O Imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular). In: **Obras Escolhidas**. Tomo 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **Colonialismo**: Cuaderno de Londres N.º XIV, 1851 (Inédito). La Paz: Presencia S.R.L., 2019.
- _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: **Os Pensadores**. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. **O Capital**: crítica da Economia Política, Livro III, O Processo Global da Produção Capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARTINS, José de Souza de. **O Cativeiro da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Anita Garibaldi, 2014.
- NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Publifolha, 2000.
- NETTO, José Paulo. **Karl Marx**: Uma Biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.



-
- ORTIZ, Raúl Scalabrini. **Política Britânica no Rio da Prata**. Florianópolis: Insular, 2014.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985
- SILVA, Sergio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigações sobre sua natureza e suas causas. Vol. II, Livro Quarto. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. **Pequena História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **Comércio Proibido de Escravos**. São Paulo: Ática, 1988.
- WEBER, Max. História Geral da Economia. In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Recebido em: 25 de março de 2025.

Aprovado em: 20 de agosto de 2025.